

**Boletim de Execução Orçamentária 2023**  
**Período: janeiro a dezembro**

**ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)**

---

O Orçamento Geral da União – OGU, aprovado pelo Congresso Nacional, abrange todos os gastos com pessoal e seus encargos, com custeio administrativo e com investimentos, sendo do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Execução Financeira – Deafi a responsabilidade pela sua gestão no âmbito do Banco Central - BC.

As despesas do OGU são classificadas em dois grandes grupos: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. As obrigatórias são aquelas relacionadas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e aos seus dependentes. Já as despesas discricionárias são aquelas em que há maior flexibilidade na execução por parte do Banco, tais como aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, contribuições a organismos nacionais e internacionais, manutenção de equipamentos, aquisição de máquinas, móveis, realização de obras, dentre outras.

**HISTÓRICO**

Por meio da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (LOA 2023), foram destinados R\$342,6 milhões para o orçamento discricionário do BC, inclusos os valores previstos para o Coaf.

Em 12 de janeiro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.158, transferindo a vinculação administrativa do Coaf para o Ministério da Fazenda. Com isso, a dotação orçamentária do Coaf foi transferida àquele ministério, ficando o Banco Central com o valor de R\$316,3 milhões.

Em 16 de fevereiro de 2023 foi publicado o Decreto de nº 11.415, alterado pelo Decreto nº 11.457, de 30 de março, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira. O limite de movimentação e empenho para as despesas discricionárias foi de R\$316,3 milhões, mantido o valor da LOA 2023 para o BC.

Em 8 de março o Banco Central publicou a Resolução BCB nº 298, de 8 de março de 2023, restringindo a realização de viagens com propósito de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como para participação em reuniões, tanto gerenciais quanto técnicas. Restringiu-se, também, a realização de viagens para participação de reuniões de comitês, conselhos, grupos de trabalho e assemelhados.

Em 3 de maio de 2023, foi publicada a Portaria BCB nº 117.710, estabelecendo os procedimentos a serem observados pelas unidades do BC na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2024.

Em 8 de maio de 2023, por meio do Ofício Circular SEI nº 94/2023/MPO, o Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO comunicou o início da proposta qualitativa do processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2024 – PLOA 2024.

Em 16 de junho de 2023, foi publicado o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 39, informando que a Medida Provisória nº 1.158, de 12 de janeiro de 2023, que estabelecia a vinculação administrativa do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf ao Ministério da Fazenda – MF,

teve seu prazo de vigência encerrado no dia 1º de junho de 2023. Dessa forma, o Coaf volta a fazer parte da estrutura do BC.

A Portaria GM/MPO nº 199, de 13 de julho de 2023, publicou crédito suplementar efetivando remanejamento orçamentário no valor de R\$5,6 milhões, sendo R\$4,8 milhões em Administração da Unidade e R\$788,7 mil em Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do SFN, com respectivo cancelamento dos R\$5,6 milhões na ação de Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária.

Em 19 de julho, a Portaria GM/MPO nº 205 devolveu para o Banco Central o orçamento ainda disponível do Coaf, transferindo o valor de R\$17,8 milhões da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda. Com isso, a dotação total do BC passou a ser de R\$334,1 milhões, inclusos os valores do Coaf.

Em 25 de julho, foi publicada a Portaria SOF/MPO nº 209, que modificou a fonte de recursos de parte da dotação do BC em Administração da Unidade, reclassificando o valor de R\$10 milhões da fonte 1000 para a fonte 1050. Essa alteração foi solicitada em decorrência de recente recomendação do TCU (item 9.3 do Acórdão 2759/2022), que conferiu ao BC a possibilidade de utilização de fonte de recurso de arrecadação própria para o pagamento de suas despesas discricionárias e de parte das despesas obrigatórias, fazendo-se necessária a verificação, ainda neste exercício, da funcionalidade que viabiliza o uso da fonte 1050 no âmbito do Banco Central.

Em 28 de julho, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira foi alterado pelo Decreto 11.621/2023, que incorporou o valor relativo ao Coaf ao limite de movimentação e empenho do Banco Central, totalizando R\$334,1 milhões.

Em 5 de setembro, o Deafi enviou o Ofício 23127/2023-BCB/DEAFI ao Secretário de Orçamento Federal, solicitando a expansão do orçamento aprovado para o Banco Central no exercício 2023 em R\$25,9 milhões, tendo em vista que o valor atualmente disponível vem se mostrando insuficiente para o atendimento de despesas essenciais, sem que haja redução dos níveis de serviços e de investimentos em áreas e iniciativas estratégicas. Adicionalmente, informou que a insuficiência de recursos pode levar à suspensão de aquisições planejadas, aumentando ainda mais a exposição da autarquia a riscos operacionais e prejudicando a continuidade da agenda de inovação que tem trazido relevantes benefícios à sociedade.

A esse respeito, por meio do Ofício SEI nº 4367/2023/MPO, de 29 de setembro, a SOF informou que a Junta de Execução Orçamentária – JEO deliberou sobre as solicitações de créditos adicionais na 9ª Reunião Ordinária de 2023, realizada em 20 de setembro, e que, em razão do atual cenário fiscal, decidiu pelo não atendimento da demanda.

Em 28 de setembro de 2023 foi publicado o Decreto nº 11.723, que alterou novamente o Decreto de Programação orçamentária e Financeira. O limite de movimentação e empenho do BC foi mantido, porém o limite de pagamento teve uma alteração na fonte de recursos, sendo transferido o valor de R\$20 milhões da fonte 1000 para a fonte 1050. Com isso, além dos R\$10 milhões cuja fonte foi alterada no final de julho, tornou-se necessária a reclassificação da fonte de recursos de mais R\$10 milhões do orçamento do BC.

Em 5 de outubro foi publicada a Portaria SOF/MPO nº 276, que alterou a fonte de recurso de 1000 para 1050 nos valores de R\$10 mil na ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes e R\$1 milhão na ação 0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União, seguindo a recomendação do TCU (item 9.3 do Acórdão 2759/2022). Essa alteração foi solicitada para verificação da funcionalidade que viabiliza o uso da fonte 1050 também para despesas obrigatórias do Banco Central.

Em 27 de outubro foi publicada a Portaria SOF/MPO nº 307, efetivando a reclassificação da fonte de recursos dos R\$10 milhões adicionais modificados pelo Decreto nº 11.723, de 28 de setembro de 2023. Assim, foram reclassificados da fonte 1000 para a 1050 o valor de R\$5,7 milhões na ação 2000 – Administração da Unidade e R\$4,3 milhões na Ação 21B1 – Formulação da Política Monetária, Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Em 3 de novembro, a Portaria GM/MPO nº 316 suplementou R\$3,0 milhões na Ação 2000 mediante cancelamento de R\$385,7 mil da ação 000Q – Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica e R\$2,6 milhões da ação 21B1. Além disso, houve suplementação de R\$1,2 mil na ação 00PW – Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica, com cancelamento do mesmo valor na ação 000Q, bem como remanejamento de R\$574,7 mil da ação 20ZA – Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária para a ação 21B1.

Em 7 de novembro, o Deafi enviou o Ofício 29575/2023-BCB/DEAFI à Secretaria de Orçamento Federal – SOF reiterando a necessidade de expansão no valor de R\$25,9 milhões do orçamento aprovado para o Banco Central no exercício de 2023, ressaltando o risco operacional a que o BCB está exposto em razão da precarização dos serviços decorrente das restrições orçamentárias, bem como a crescente necessidade de investimentos em capacidade de processamento e armazenamento de dados decorrentes da inovação do sistema financeiro.

Em 8 de novembro foi publicada a Portaria GM/MPO nº 321, que remanejou R\$4,9 milhões de investimento para custeio, sendo R\$4,1 milhões em Administração da Unidade e R\$878,2 mil em Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil – SISBACEN.

Em 17 de novembro, a portaria MF nº 1.430 alterou os valores autorizados para pagamento de que trata o Decreto nº 11.415, remanejando mais R\$10 milhões do limite de pagamento do BCB da fonte 1000 para a fonte 1050, além dos R\$20 milhões que já haviam sido alterados.

Em 22 de novembro foi publicada a Portaria BCB nº 119.038, que estabeleceu os procedimentos e prazos para execução orçamentária, controle de saldos contábeis, autorizações de pagamentos e realização do balanço anual do Banco Central do Brasil.

A Portaria GM/MPO nº 335, de 24 de novembro concedeu crédito suplementar no valor de R\$7,4 milhões para a ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes; R\$4,5 milhões para a ação 20TP – Ativos Civis da União e R\$40 mil para a ação 0536 – Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais.

Em 30 de novembro, o Decreto nº 11.811 alterou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, antecipando o prazo final para empenho no exercício de 2023 do dia 15 para o dia 12 de dezembro.

Em 8 de dezembro, a Portaria SOF/MPO nº 354 efetivou a reclassificação dos R\$10 milhões restantes que tiveram alteração da fonte 1000 para a fonte 1050 na ação 21B1 – Formulação da Política Monetária, Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Em 18 de dezembro, a Portaria GM/MPO nº 374 suplementou em R\$1,7 milhões a ação 2000 – Administração da Unidade, mediante cancelamento de R\$205,2 mil da ação de Contribuições Internacionais, R\$2,4 mil da ação de Contribuições Nacionais, R\$634,5 mil da ação 20ZA – Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária, R\$520 mil da ação do Coaf de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e R\$339,7 mil da ação 21B1 – Formulação da Política Monetária, Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Na mesma data, a Portaria GM/MPO nº 372 reclassificou R\$ 7,8 milhões de investimento para custeio, sendo R\$1,6 milhões na ação 2000 – Administração da Unidade e R\$6,2 milhões na ação 21B1 – Formulação da Política Monetária, Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional.

Ainda em 18 de dezembro, a Portaria GM/MPO nº 376 autorizou o empenho de dotações orçamentárias até 31 de dezembro.

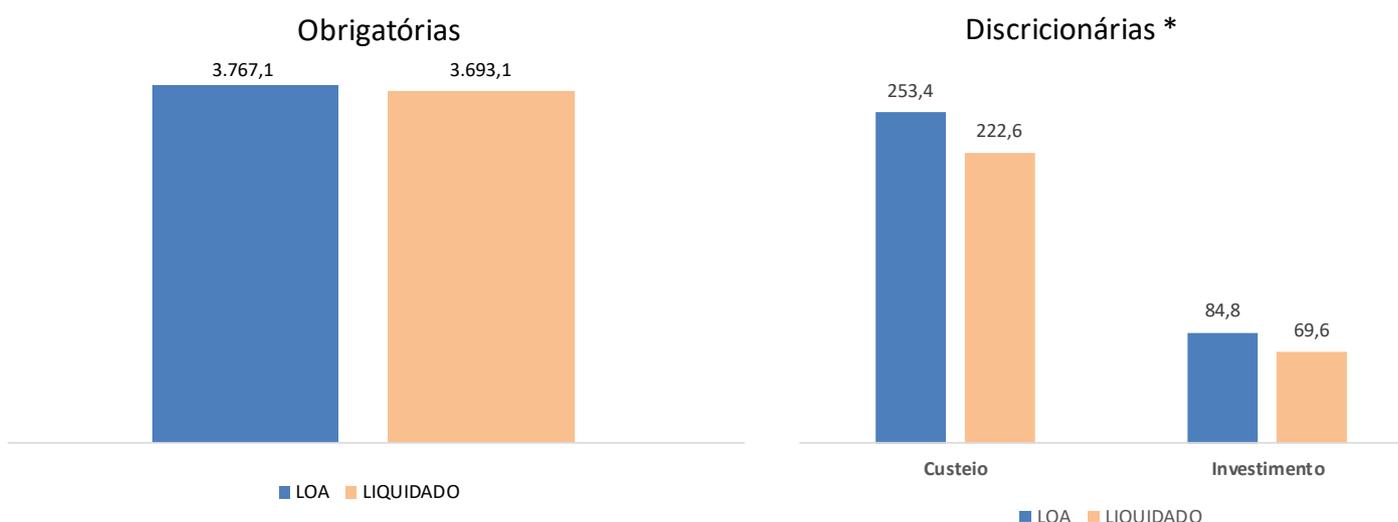
Em 19 de dezembro, a Portaria GM/MPO nº 382 suplementou a ação 21B1 – Formulação da Política Monetária, Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional em R\$18,1 milhões, em atendimento parcial à solicitação de créditos adicionais contida no Ofício 23127/2023-BCB/DEAFI, de 5 de setembro de 2023, reencaminhado à SOF por e-mail em 11 de dezembro.

Em 22 de dezembro, a Portaria GM/MPO nº 390 adequou os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, incorporando a suplementação de R\$18,1 milhões ao limite de movimentação e empenho do Banco Central, totalizando o limite final de R\$352,2 milhões, incluindo o Coaf.

Também em 22 de dezembro, foi publicada a Portaria GM/MPO nº 397 que suplementou em R\$1 milhão a ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes e em R\$250 mil a ação 00S6 – Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2023, foi liquidado o montante de R\$3.985,3 milhões, o que corresponde a 97,1% dos R\$4.105,3 milhões previstos na LOA 2023. Desse total liquidado, R\$3.693,1 milhões são relativos às despesas obrigatórias (pessoal, encargos sociais e benefícios) e R\$292,2 milhões referem-se às despesas discricionárias, sendo R\$222,6 milhões em custeio e R\$69,6 milhões em investimento. Os valores do Coaf não estão incluídos nos gráficos e tabelas deste relatório.



\*Além dos R\$292,2 milhões liquidados, foram inscritos em restos a pagar não processados mais R\$45,7 milhões. Assim, o BC utilizou 99,9% da dotação autorizada na LOA 2023, combinada com os créditos adicionais autorizados no decorrer do exercício.

Ação/Plano Orçamentário	LOA	Empenhado	Liquidado	RP inscritos 2023	RP Pagos 2023	RPNP Inscritos 2024
Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1.981.023.219	1.976.630.330	1.976.604.116	-	-	-
Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	2.232.384	2.160.774	2.160.774	-	-	-
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência Pessoal Ativo da União	232.506.435	176.465.642	176.465.642	-	-	-
	1.301.392.179	1.291.115.424	1.290.743.044	-	-	-
<b>Subtotal Pessoal e Encargos</b>	<b>3.517.154.217</b>	<b>3.446.372.170</b>	<b>3.445.973.575</b>	-	-	-
Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	71.993	31.536	31.536	-	-	-
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	218.407.504	217.477.584	217.477.584	-	-	-
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	2.721.232	2.280.063	2.280.063	-	-	-
Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	50.000	32.597	32.597	-	-	-
Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	24.078.994	23.823.770	23.823.770	-	-	-
Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	4.567.626	3.488.027	3.488.027	-	-	-
<b>Subtotal Benefícios</b>	<b>249.897.349</b>	<b>247.133.577</b>	<b>247.133.577</b>	-	-	-
<b>Total Despesas Obrigatórias</b>	<b>3.767.051.566</b>	<b>3.693.505.747</b>	<b>3.693.107.152</b>	-	-	-
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	312.000	215.155	215.155	22.875	22.875	-
Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	1.825.395	1.821.036	1.821.036	-	-	-
Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	113.613	113.611	113.611	-	-	-
Administração da Unidade	140.232.758	140.232.758	127.700.493	11.722.525	10.960.622	12.532.265
Capacitação de Servidores Públicos	1.543.000	1.542.998	1.456.490	93.773	89.110	86.508
Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN	89.667.477	89.472.181	72.359.694	3.276.241	2.853.583	17.112.487
Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito	9.928.718	9.923.750	9.383.400	908.953	753.953	540.349
Supervisão do SFN	5.122.882	5.122.863	5.034.483	381.556	381.556	88.380
Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	4.634.765	4.618.060	4.483.473	149.434	122.210	134.586
<b>Subtotal Despesas Custeio</b>	<b>253.380.608</b>	<b>253.062.411</b>	<b>222.567.836</b>	<b>16.555.358</b>	<b>15.183.910</b>	<b>30.494.576</b>
Administração da Unidade	4.184.209	4.184.209	3.730.167	993.222	990.688	454.042
Gestão do Sistema de Informações Banco Central do Brasil - SISBACEN	63.440.371	63.424.808	50.517.200	10.445.497	9.996.431	12.907.608
Formulação e Gerenciamento da Política Monetária, Cambial e de Crédito	21.805	16.456	-	-	-	16.456
Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	17.179.900	17.179.900	15.336.619	1.837.596	1.837.441	1.843.281
<b>Subtotal Despesas Investimento</b>	<b>84.826.285</b>	<b>84.805.373</b>	<b>69.583.985</b>	<b>13.276.314</b>	<b>12.824.560</b>	<b>15.221.388</b>
<b>Total Despesas Discricionárias</b>	<b>338.206.893</b>	<b>337.867.784</b>	<b>292.151.821</b>	<b>29.831.672</b>	<b>28.008.470</b>	<b>45.715.964</b>
<b>Total Geral</b>	<b>4.105.258.459</b>	<b>4.031.373.532</b>	<b>3.985.258.973</b>	<b>29.831.672</b>	<b>28.008.470</b>	<b>45.715.964</b>

O quadro não inclui as despesas realizadas com destaques recebidos (R\$21.965.942)

O quadro acima apresenta as despesas principais do Banco Central em dois grandes grupos: despesas obrigatórias e despesas discricionárias. As obrigatórias são aquelas relacionadas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores e aos seus dependentes. Já as despesas discricionárias são aquelas em que há maior flexibilidade na execução por parte do Banco, tais como aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, contribuições a organismos nacionais e internacionais, manutenção de equipamentos, aquisição de máquinas, móveis, realização de obras, dentre outras.

Além do valor liquidado de R\$292,2 milhões, foi inscrito em restos a pagar não processados (RPNP) o valor de R\$45,7 milhões. Dessa forma, o BC utilizou 99,9% da dotação final autorizada na LOA 2023 para as despesas discricionárias, conforme detalhado no quadro abaixo:

Tipo de Despesa	LOA	Liquidado	RP Inscritos	RP Pagos	RPNP Inscritos	Utilizado (%)*
	(A)	(B)	2023	2023	2024	(F=B+E/A)
			(C)	(D)	(E)	
<b>Despesas Discricionárias</b>	<b>338,2</b>	<b>292,2</b>	<b>29,8</b>	<b>28,0</b>	<b>45,7</b>	<b>99,9%</b>
Custeio	253,4	222,6	16,6	15,2	30,5	99,9%
Investimento	84,8	69,6	13,3	12,8	15,2	100,0%

Críticas e sugestões serão sempre bem-vindas para o aperfeiçoamento deste Boletim, ficando a equipe do Deafi/Georc/Diorc à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, pelo e-mail institucional [diorc.deafi@bcb.gov.br](mailto:diorc.deafi@bcb.gov.br).